

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO TOCANTINS

SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

**PROJETO BÁSICO**

1. **OBJETO**

**1.1** O presente Projeto tem por objeto a capacitação de servidores do DPF/Tocantins na gestão de Patrimônio e Almoxarifado, abrangendo os aspectos de Mensuração, Depreciação, Reavaliação, Desfazimento e outros inerentes, de acordo com os normativos vigentes na Administração Pública.

**2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE**

**2.1** A capacitação justifica-se devido as exigências quanto a adequada gestão do patrimônio Público considerando os aspectos legais e de controle envolvidos.

**3. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

3.1. Entende-se como critério de aceitação do objeto que o mesmo esteja de acordo com a especificação descrita neste Projeto Básico; que atenda ao art.39, inciso VIII da Lei n° 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), responsabilizando-se por apresentar produto que não esteja de acordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes (Inmetro) ou, se normas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

**4. IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA COBERTURA DAS DESPESAS**

UASG: 200404

Gestão: 0001

Fonte: 0100

Elemento de Despesa: 333.90.39.48

Programa de Trabalho: 702-2014

**5. CRITÉRIOS PARA A ESCOLHA DA EMPRESA A PRESTAR OS SERVIÇOS**

5.1. Programa de realização do curso com conteúdo abrangendo o objeto deste projeto básico, material didático, carga horária compatível com os temas a serem abordados, oferta de menor preço e certidões de regularidade com SICAF e Órgãos competentes exigidas para dispensa de licitação.

**6. ELABORAÇÃO DO MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS**

|  |  |
| --- | --- |
| Objeto | Empresa |
| Capacitação em gestão patrimonial: evidenciação dos efeitos da Depreciação, Amortização, Reavaliação, Exaustão e outros aspectos. | ABOP | CONSULTRE | ABBACONSULTORIA | ESAFI |
| VALOR UNIT. | 1.310,00 | 2.620,00 | 1.365,00 | 2.180,00 |
| QTD/ servidores | 2 | 2 | 2 | 2 |
|  | 2.620,00 | 5.240,00 | 2.730,00 | 4.360,00 |

**7. ESTIMATIVA DE CUSTO**

7.1. O valor total estimado para a realização da capacitação para 02 (dois) servidores é de R$2.620,00 (dois mil, seiscentos e vinte reais).

# 8. CARACTERIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

8.1. O valor global dos serviços contidos neste Projeto, enquadra-se no limite disposto no inciso II do art. 24, da Lei 8.666/1993.

**9. JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DA EMPRESA**

9.1 A Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP Empresa com conhecido Know how na área de capacitação em Administração Pública já prestou diversos serviços ao DPF obtendo elevado nível de aprovação, apresentou proposta atendendo os critérios estabelecidos no item 5, com período de realização compatível com a disponibilização de servidores pela SR/DPF/TO.

**10. DEVERES DO CONTRATANTE**

10.1. Emitir Nota de Empenho;

10.2. Informar ao contratado sobre a emissão da mesma;

10.3. Notificar, por escrito, a constatação de quaisquer divergências verificadas durante a realização do curso ou referente a fuga do objeto deste projeto básico;

10.4. Atestar a Nota Fiscal, apresentada pela contratada após realização do evento corresponde à especificação descrita nos itens deste Projeto Básico;

10.5. Efetuar o pagamento de acordo com a Nota fiscal emitida pela contratada, conforme Lei 8.666/93. art. 5º, parágrafo 3º, com concordância do art. 40, XIV.

**11. DEVERES DO CONTRATADO**

11.1. Acusar o recebimento da Nota de Empenho;

11.2. Prestar os serviços conforme programa informado, no local e nas condições estabelecidas neste Projeto Básico;

11.3. A empresa contratada também se responsabilizará pela não realização do evento no período previsto;

11.4. Apresentar registro de regularidade no SICAF ou as certidões de regularidades com a RFB, Previdência Social, FGTS e TST.

**12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

12.1 O pagamento será efetuado em única parcela, acompanhado de Nota Fiscal discriminada de acordo com a Nota de Empenho, após recebimento e conferência das especificações pela **SR/DPF/TO**;

12.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor dos serviços mediante ordem bancária, devendo para isto, ser informado pela CONTRATADA, os dados bancários (Banco, Agência e Conta Corrente) em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos materiais e registrado no almoxarifado da **SR/DPF/TO**.

# 13. MEDIDAS ACAUTELADORAS

# 13.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

# 14. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

# 14.1. Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela CONTRATADA, esta estará sujeita às sanções previstas nos Art. 86 e 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no Art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e à rescisão do instrumento contratual, na forma prevista nos Art. 79 e 80 do referido diploma legal, sendo que, para fixação das penalidades.

**15. DA EVENTUAL RESCISÃO**

## 15.1. As hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei 8666/93; nesses casos, o fornecedor reconhece os Direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

**16. DO FORO**

16.1. Eventuais conflitos decorrentes do presente contrato deverão ser submetidos à CJU/TO, para tentativa de solução administrativa, com a participação do órgão contratante e da contratada. Em caso de impossibilidade de solução na esfera administrativa, o foro será o da Justiça Federal, Seção judiciária do Estado do Tocantins, com sede na cidade de Palmas, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal.

**17. DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1 O presente Projeto Básico foi elaborado pelo abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto do exame e, no caso de concordância do chefe do SELOG, da aprovação pelo Superintendente Regional, integrando o processo administrativo formalizado com vistas à instauração do certame licitatório e constituindo-se parte do Contrato.

Palmas-TO, 30 de abril de 2014.

**ERISVALDO MENDES LINS**

TECNICO DE CONTABILIDADE

NAD/SR/TO - MAT. 12.343

1.De acordo. Em \_\_\_/\_\_\_\_ 2014.

2. Encaminhe-se ao Superintendente Regional com sugestão de aprovação.

**ADRIANO DE ASSIS SALES**

Chefe do SELOG/SR/DPF/TO

1. A**provo** o presente Projeto Básico.

Palmas, \_\_\_/\_\_\_\_de 2014.

**ALMIR CLEMENTINO SOARES**

Delegado de Polícia Federal

Superintendente da SR/DPF/TO

Substituto

***Anexo I - Orçamentos***

***Anexo II – Certidões da Empresa vencedora:***